

**ALEXSANDRO ALVES DA MAIA**

**AFROCENTRICIDADE: A POSSIBILIDADE DA PRÁXIS FILOSÓFICA EM  
SALA DE AULA**

**CURITIBA**

**2015**

**ALEXSANDRO ALVES DA MAIA**

**AFROCENTRICIDADE: A POSSIBILIDADE DA PRÁXIS FILOSOFICA EM  
SALA DE AULA**

Monografia apresentada ao Curso de  
Especialização em Ensino de Filosofia no  
Ensino Médio, como requisito parcial à  
obtenção do grau de especialista.  
Orientador: Prof. Me. José Hartmann

**CURITBA**

**2015**

## RESUMO

O presente estudo buscará versar sobre a categoria da “Afrocentricidade”, enquanto mudança epistemológica, possibilitando percebermos diante de nossa práxis pedagógica como a filosofia possui diferentes formas de ver a realidade posta por um paradigma e uma construção ideológica do eurocentrismo que determina como vemos e agimos no mundo. Dessa forma, surge o paradoxo do eurocentrismo versus afrocentrismo, que não pretende por meio dos argumentos exaltar ou se posicionar a favor de uma ideologia que existe e cria realidades, mas sim, entendermos como o povo negro se ressignifica na sua história, cultura, religiosidade e epistemologia, sendo assim, temos diversas percepções, uma delas seria a afrocentricidade defendida por Molef Kate Assante categorizando e teorizando uma perspectiva de uma filosofia de origem africana, na qual suas formas epistemológicas vão de encontro com a implementação da Lei nº 10.639/2003, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que altera a LDB, postulando a sua obrigatoriedade.

Palavras chave: Afrocentricidade-eurocentrismo-filosofia africana-práxis.

## ABSTRACT

The present study will seek versar about the category of "Afrocentricity" while epistemological change, allowing realize facing our pedagogical praxis as a philosophy has different ways of seeing reality set by a paradigm and An ideological eurocentrism construction que determines how we see and act in the world. Thus, the verses eurocentrism Paradox afrocentrism arises, que not want through arguments exalt uo to position in favor of an ideology that exists and creates realities, but rather understanding as black people themselves reframes in its history, culture, religion and epistemology, therefore we several perceptions, one of them would be a Afrocentricity defended by Molef Kate Assante categorizing and theorizing one perspective of a philosophy of African origin, on wed your Forms epistemological meeting vao with the implementation of Law 10.639 / 2003, as well as the National Curriculum Guidelines for the Education of Racial-Ethnic Relations and for teaching of history and culture african-Brazilian and African amending the LDB, postulating the obligation SUA.

Key words: African-praxis Afrocentricity-Eurocentrism-philosophy.

**SUMÁRIO**

<b>RESUMO</b>	3
<b>INTRODUÇÃO</b>	5
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>O paradoxo entre o eurocentrismo e a afrocentricidade.</b>	10
O eurocentrismo e a filosofia.	10
A afrocentricidade.	15
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>Construção do conceito ocidental sobre o pensamento africano.</b>	19
A racialização do pensamento.	19
A ideologia racial como forma de pensar o mundo.	22
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>As possibilidades e limites de uma pedagogia da afrocentricidade.</b>	26
A “afrocentricidade” como práxis filosófica e pedagógica.	26
O método a da afrocentricidade como necessário suficiente para cumprimento da leiNº 10639/2003.	29
Considerações finais.	33
<b>Bibliografia</b>	34

## INTRODUÇÃO

A Filosofia se apresenta como área do conhecimento humano que se estrutura através do que pensamos e como pensamos o mundo em que vivemos, nessa premissa possuímos uma produção filosófica que se baseia na forma de como o eurocentrismo existe enquanto pensamento de uma ideologia.

Existe uma produção filosófica que possui um discurso ideológico na primazia de manutenção e reprodução de uma forma de ver e sentir o mundo, na condição de legitimidade do eurocentrismo, que se constitui de forma direta e indireta na filosofia, pois sua tradição e sua história se apresentam como um “habitus”, em que, na concepção de Bourdieu, nas formas representativas desenvolvidas na dominação e imposição de culturas em hierarquizar as relações humanas e suas histórias. Segundo Setton (2002. p. 61):

Concebo o conceito de *habitus* como um instrumento conceptual que me auxilia pensar a relação, a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos. Trata-se de um conceito que, embora seja visto como um sistema engendrado no passado e orientando para uma ação no presente, ainda é um sistema em constante reformulação. *Habitus* não é destino. *Habitus* é uma noção que me auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente. *Habitus* como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas. Embora controvertida, creio que a teoria do *habitus* me habilita a pensar o processo de constituição das identidades sociais no mundo contemporâneo.

Partindo dessa análise proposta do habitus, podemos perceber que existe uma identidade de matriz europeia que se apresenta pela constituição de sua própria história, que remonta ao império Romano com sua dominação expansionista que se aliá no final do Império a consolidação da cristandade e as invasões “bárbaras” tudo isso culmina na forma de ver e conduzir o mundo antigo europeu. Essa inferência nos leva a questionar: existem outras filosofias produzidas para além da hegemonia de pensamento eurocêntrico?

A busca de outras filosofias nos leva a pensar: que filosofias são essas? Como podemos caracterizar tais filosofias? Para início de minha pesquisa busco tentar entender um pouco da existência de uma produção filosófica africana na possibilidade de uma filosofia que se manifesta na categoria: a afrocentricidade. Mas para adentrarmos no entendimento de uma filosofia africana, iremos contextualizar o ensino

de filosofia no Brasil, em que sua história se demonstra como prematura na busca de outras filosofias.

A obrigatoriedade do ensino de filosofia assim como também de sociologia em todo ensino médio legitimado pela lei nº 11.684/2008, proporciona um avanço para a produção e a democratização do ensino de filosofia nos currículos escolares, faz com possamos ressignificar a filosofia na formulação de novas práxis e perspectivas no Brasil.

A filosofia africana por uma perspectiva afrocentrada é uma das possíveis maneiras de implementar a Lei nº 10.639/2003, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e que institui na LDB, obrigatoriedade desses conteúdos no ensino básico e ensino médio, mas em nossa análise só nos atentaremos para a práxis no ensino médio.

A carência de estudos sobre uma filosofia africana se demonstra como desafio educacional desde sua implementação assim como também a efetivação de uma política educacional de igualdade de pensamento e ação, valorizar e entender uma pedagogia afrocentrada seria o objetivo proposto pela análise em saber: o que é a afrocentricidade na concretude da práxis filosófica para o ensino médio. Para tanto segundo Assante (2003.p. 93):

A ideia afrocêntrica refere-se essencialmente à proposta epistemológica do lugar. Tendo sido os africanos deslocados em termos culturais, psicológicos, econômicos e históricos, é importante que qualquer avaliação de suas condições em qualquer avaliação de suas condições em qualquer país seja feita com base em uma localização centrada na África e sua diáspora. Começamos a de que a afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos de e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural de acordo em seus próprios interesses humanos.

A partir dessa definição de Assante a perspectiva afrocêntrica em termos epistemológicos está na possibilidade de uma visão de um conhecimento seja exposto na sua essência como uma filosofia própria e autônoma.

Para atingir tal objetivo buscaremos delinear algumas ações específicas que irão nortear toda a pesquisa:

- Entender o paradoxo entre o eurocentrismo e a afrocentricidade.
- Perceber a construção do conceito ocidental sobre o pensamento africano.
- Analisar as possibilidades e limites de uma pedagogia da afrocentricidade

Ao buscarmos atingir essas ações estaremos propondo uma tentativa de superação do eurocentrismo enquanto ideologia de dominação de um projeto em excluir e estigmatizar povos que não fazem parte do que a Europa criou como modernidade, que esta presente no progresso e evolução da humanidade, sendo a cultura europeia colocada como exclusiva na produção dessa humanidade na promessa de criar um mundo melhor, mas melhor para quem? (DUSSEL, 2005, p. 29). Assim, ao termos o eurocentrismo como discurso ideológico por uma filosofia para a modernidade, a filosofia produzida na África, seria a contrapartida para um engajamento de estarmos a concretizar nossa proposta em tentar superar.

A Filosofia africana possui uma identidade que esta presente enquanto espiritualidade de um povo, em suas manifestações culturais, que são formas de resistência na preservação de suas origens, onde essa espiritualidade é a forma de como seu imaginário coletivo preserva sua liberdade, que foi anulada na diáspora africana e que o pensamento filosófico africano se encontra como livre na sua dimensão universal demonstra-se visceral no engajamento do combate a hegemonia de pensamento europeu e sua modernidade. Nessa forma de ação seria buscar meios e caminho que possam ser efetivos, como define Santos (2005. p. 407):

A hipótese fundamental do modelo de engajamento sartreano reside em um trecho candente, que ele acha ter apreendido do marxismo: “é verdade que o *indivíduo* é condicionado pelo meio social e volta-se sobre ele para condicioná-lo; *é mesmo isto – e nada mais – que faz sua realidade* [grifos meus]”. De acordo com isso, todo dado humano, pontual (indivíduos, “coletivos”) ou concentrado (capos sociais, grupos sociais, a Natureza alterada pelo homem) seja tanto em direção ao possível quanto ao impossível, repercutiria na história e todos os particulares, se integrados, corresponderiam aos fenômenos reais, como o engajamento.

Dessa forma buscasse inovar em possibilitar maneiras e formas de ver o mundo pela retina do olhar dos excluídos da ideia de pensamento, conhecimento científico, filosófico e históricos que sempre foi renegado a África em sua totalidade. Ainda ressaltamos o ideário de engajamento, por Helgert (2011.p. 01).

O engajamento na filosofia sartriana é, como também são outros conceitos, ambíguo: é uma estrutura ontológica que mantém unida a liberdade humana

com si própria no âmbito do projeto e da ação concreta do Para-si. Além disso, o termo *engajamento* possui características que ultrapassam o âmbito estrutural e que se afirmam como um valor moral, uma escolha, uma *tomada de consciência* e, como consequência, assunção autêntica da realidade humana.

O pensamento hegemônico na essência ideológica seria a construção materializada do mundo que vivemos correspondentes à realidade posta na dimensão de ser artífice de suas práticas excludentes, discriminatórias e racistas, ou seja, as diversas formas como criamos e reciamos o mundo e de que esse mundo atende a interesses hegemônicos, Alves segundo Gramsci (2010. p. 74):

Gramsci afirma que é muito comum um determinado grupo social, que está numa situação de subordinação com relação a outro grupo, adotar a concepção do mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com a sua atividade prática. Ademais, ele ressalta que esta concepção do mundo imposta mecanicamente pelo ambiente exterior é desprovida de consciência crítica e coerência, é desagregada e ocasional. Dessa adoção acrítica de uma concepção do mundo de outro grupo social, resulta um contraste entre o pensar e o agir e a coexistência de duas concepções do mundo, que se manifestam nas palavras e na ação efetiva. Gramsci (1978a, p. 15) conclui, portanto, que “não se pode destacar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos”.

A esse mundo existente que se manifesta culturalmente na sua hegemonia, torna-se o propulsor de forças e correntes de pensamentos possam desconstruir ou romper com tradições paradigmáticas, que na vontade de percebemos que existem outras e diversas formas de viver e pensar o mundo na nossa proposição a “afrocentricidade”, ao julgarmos a busca de uma liberdade de expressão de pensamento que possa definir uma práxis pedagógica e filosófica. Segundo Alves (2010.p. 74) parafraseando Gramsci:

Ele afirma que o problema de toda concepção do mundo que se transformou em um movimento cultural, produzindo uma atividade prática, é justamente conservar a unidade ideológica de todo bloco social. A Igreja Católica, por exemplo, sempre lutou pela unidade doutrinal de toda a “massa religiosa” para que, em seu seio, os estratos intelectuais não se destacassem dos “homens simples” e não se formassem duas religiões. Neste sentido, um movimento filosófico que pretenda ter alguma solidez cultural deve evitar essa separação entre os intelectuais e a massa. Este princípio de unidade é semelhante ao que deve existir entre teoria e prática: os intelectuais devem participar da vida prática do grupo social que representam e do qual fazem parte, tornando coerentes os problemas levantados pelo grupo em sua atividade prática e formando um bloco social e cultural, constituindo o que Gramsci chama de intelectual orgânico.

Assim assumir o papel social de engajamento assim como o de desconstruir e romper com a hegemonia e com suas ideologias de hierarquização do pensamento na transcendência do racismo enquanto pensamento está em moldar relações sociais, assim como as relações de poder podemos encontrar um caminho na filosofia africana, seria

uma possibilidade de redimensionar o real ou simplesmente entendê-lo, na práxis filosófica.

## CAPÍTULO I

### **O paradoxo entre o eurocentrismo e a afrocentricidade.**

#### **O eurocentrismo e a filosofia.**

Ao falarmos do eurocentrismo enquanto pensamento paradigmático e ideológico entendemos que suas formas de construção de mundo, estão na sua sustentação epistemológica que julgamos como determinante da “modernidade” que tal modernidade nasce olhar eurocêntrico.

A modernidade sendo artífice do eurocentrismo através de uma consciência racional produtora de uma epistemologia própria “de si” e “dos outros”. Entendemos que “de si” seriam as formas ideológicas de imposição e dominação. A imposição: da cultura, da economia, da política, da religiosidade, etc. A dominação: do território, dos corpos, dos pensamentos, para legitimidade do extermínio em massa, etc. Segundo Bortoluci (2009. p. 57):

Nesse sentido, sem que se lance mão de uma espécie de entelúquia teórica de validade universal, pode-se pensar nas formas como uma “consciência europeia da modernidade” foi se constituindo ao longo dos últimos séculos e, simultaneamente, produzindo uma imagem do não idêntico (o não europeu, o colonial, o oriental...) que se manteve atrelada a uma imagem de si, funcionando como seu princípio de legitimidade e garantia de superioridade.

Ao se posicionarmos a uma criticidade ao eurocentrismo percebemos que a própria consciência e sua modernidade se fundamentam em não entender, em não perceber, que existem outras histórias, outras sociedades, outras filosofias, outras consciências e racionalidades, nessa condição é que se encontram “os outros” e por assim dizer “os outros” não possuem condições necessárias e suficientes para produzir uma história, uma modernidade, uma sociedade, uma consciência e uma racionalidade. Por não possuírem tais condições se justificam discursos e dominação e imposição para estarem a um nível acima de todas as outras culturas, povos e nações, pois a “modernidade” que no seu ápice: o iluminismo veio trazer luz de sua modernidade para “os outros” que são desprovidos e incapazes de possuírem história, de terem cultura, de serem civilizados ou muito menos de uma consciência ou racionalidade.

A filosofia na responsabilidade de dar voz à modernidade tem em seu passado histórico e também futuro histórico uma dicotomia do racional e irracional, pois sua máxima moderna em defender a racionalidade da ilustração na premissa de superioridade e para preservação ela estende sua mão do progresso e da evolução da

humanidade aos “os outros” criando a obrigação e o dever de socorrer “os outros” salvos da “barbárie”, da “selvageria”, do “inculto”, do “atraso”, etc. Assim na análise do eurocentrismo enquanto produtor de uma lógica “normatizadora” e na pretensa de se eleger por si só como superior aos “outros” se materializa uma estrutura de “racializar o mundo” (IANNI, 1996) essa forma estrutural se demonstra com hierarquizadora, racista e excludente, em que “os outros” são seu meio e fim de doutrinar e naturalizar a sua superioridade por si só, IANNI (1996. p. 6) ressalta:

No século XX tem ocorrido várias ondas de racialização do mundo. Tanto a primeira e a segunda grandes guerras mundiais, como a guerra fria, são épocas de intensa e generalizada racialização das relações entre coletividades, tribos, povos, nações ou nacionalidades. Na medida em que as guerras mesclam-se e desdobram-se em revoluções nacionais ou revoluções sociais, tornam-se ainda mais acentuadas as desigualdades, divergências extensões que alimentam os preconceitos, as intolerâncias, as xenofobias, os etnicismo ou os racismos. Ao lado dos preconceitos de classe, casta e gênero, emergem ou reaparecem os preconceitos raciais.

Nesse constructo estrutural: “etnocentrismo” e a “racialização do mundo” se demonstram em protagonizar uma ideologia própria, que demarca os espaços de poder e as relações sociais na condição de subjugar “os outros” como não pertencentes à humanidade moderna produzida pela Europa e por ela os “outros” devem ser salvos.

Ao demarcar os espaços de poder existentes no mundo globalizado e moderno as nações Imperialistas dos séculos XX são as peças atuantes em seu próprio contexto, como domínio que se perpetua na vertente da dinâmica liberal e democrática, em prol do desenvolvimento e do progresso da humanidade, que seu papel “heroico” e “salvador” da humanidade, não deve permitir que “os outros” se constituam em sua “ignorância” e sua “não humanidade”. A Europa seria sinônimo de civilização, evolução, cultura, história e progresso e sendo detentora de todas essas qualidades manifestam em sua produção filosófica desde sua historiografia um logos racial, um logos excludente.

A filosofia na sua tradição demanda através do logos uma justificação para um processo de racialização, ao colocarmos o logos filosófico com significação do eurocentrismo na sua formulação de mundo somente “de si” padronizado e objetivado pela sua própria realidade e que “os outros” são desconsiderados, por não possuírem qualidades suficientes para “ser igual”, nesse sentido não possui um logos filosófico nem uma própria epistemologia. Por não possuir logos nem uma epistemologia, a busca em doutrinar a pensamento e a espiritualidade dos os "outros" negando suas histórias e suas realidades, torna-se a finalidade imagética para desqualificar experiências filosóficas distintas e concretas de outros povos diferentes do europeu, que é reacionário

em seus valores morais como também históricos, filosóficos, culturais e sociais. Podemos então inferir espaços de poder como epistêmicos, ou seja, uma racionalidade racial. Até agora explicitamos os espaços de poder demarcados em que a filosofia eurocêntrica, que transfigura essa demarcação em sua forma epistêmica, iremos entender as relações sociais produzidas na perspectiva eurocêntrica através do conceito de *habitus* na visão de Pierre Bourdieu, para isso iremos perceber como as relações sociais possuem uma significação e intencionalidade.

O conceito de *habitus* de Bourdieu parte dos princípios fundamentais que os seres humanos adquirem ao longo de suas relações sociais, historicamente vividas, esses princípios são norteadores do processo civilizatório que estão nas relações dos sujeitos e suas formas de interagirem em um processo de socialização, a partir dessa dicotomia relação e processo, é que constitui o *habitus*, segundo Setton (2002. p. 65).

Em essência, o conceito de *habitus* busca romper com as interpretações deterministas e unidimensionais das práticas. Quer recuperar a noção ativados sujeitos como produtos da história de todo campo social e de experiências acumuladas no curso de uma trajetória individual. Os *habitus* individuais, produtos da socialização, são constituídos em uma trajetória individual. Os *habitus* individuais, produtos da socialização, são constituídos em condições sociais específicas, por diferentes sistemas de disposições produzidos em condicionamentos e trajetórias diferentes, em espaços distintos como a família, a escola, o trabalho, os grupos de amigos e/ou a cultura de massa.

Ao realizarmos uma análise sobre as relações humanas que se determinam a forma de como vejo “os outros”. Quando me vejo tenho como reflexão minha condição existencial, uma exterioridade que me diz o que penso e como devo pensar que ainda podemos dizer que se torna ideológico, mas o mérito da discussão seria, de como penso e como devo pensar são faces da mesma moeda, que se dinamiza por espaço e tempo passado e presente e que produzem um mundo pronto objetivado, mas o *habitus* transcende essa condição, se demonstra na visão de Wacquant (2007. p. 65) uma renovação sociológica.

(...) renovação sociológica do conceito delineado para transcender a oposição entre objetivismo e subjetivismo: o *habitus* é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo como a sociedade torna-se depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis ou capacidades treinadas e propensas estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam em suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações de seu meio social existente.

Ao argumentarmos que o eurocentrismo é tipo habitus em sua forma estrutural percebemos que a intensionalidade de produzir uma lógica ao habitus Europeu está na sua trajetória histórica experienciada “por si” em relação aos “os outros”, pois nessa forma de apresentar o “em si” nas categorias produzidas pelo olhar eurocêntrico, fica evidente os mecanismos que segregam, hierarquizam racializam o mundo e que arcabouço teórico que institui delibera a legitimidade de suas posturas dominantes e imperativas de uma realidade que se apresenta como uma verdade absoluta e incomensurável. Mas até que ponto esse habitus eurocêntrico normatizou a história? E quais realidades foram forjadas por esse habitus eurocêntrico? Parto para possíveis busca de análises desses questionamentos. Como início da análise, Wacquant conclui (2007. p. 66).

Bourdieu propõe que a prática não seja nem o precipitado mecânico de ditames estruturais nem o resultado da perseguição intencional de objetivos pelos indivíduos; é, antes, “o produto de uma relação dialética entre a situação e o habitus, entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações e possibilita o cumprimento de tarefas infinitamente diferenciadas graças à transferência analógica de esquemas” adquiridos em uma prática anterior (Bourdieu, 2002 [1972], p. 261).

De certa forma como realmente se dispõem as estruturas eurocênticas se configuram na história, a história “de si” de seu olhar para “os outros” esse paradoxo é a essência da racialização para artífice do eurocentrismo, então a história de si fala de lugares e fatos históricos pertencentes a uma história de humanidade, mas de uma humanidade europeia, ocidental, sua própria humanidade, sua própria liberdade, essas categorias que dão sustentação argumentativa para o eurocentrismo julgo serem uma justificativa para um habitus eurocêntrico ou sua manipulação histórica, em não querer incluir e nem perceber como se dá a história “de si” na relação com “os outros”, na garantia da humanidade e da modernidade.

Ao tentarmos responder sobre a realidade forjada pelo habitus eurocêntrico, a palavra forjar não seria tão apropriado para uma possível elucidação acredito seria mais adequado “que modelo de realidade” é constituído pelo habitus eurocêntrico, seria uma espécie de segredo, sistema ou fórmula para definirmos o que o eurocentrismo produziu, de certo modo nos veem a racialização do mundo como produto desse habitus eurocêntrico, que conduz de forma secular uma filosofia eurocêntrica.

O habitus torna-se mais uma artífice para o eurocentrismo filosófico que segue na sua tradição a supremacia de seu próprio pensamento que existe nas diferentes culturas que pertencem à história do eurocentrismo, como meros figurantes de talvez uma ilusória condição de dependência: cultural, econômica e social, faz surgir à margem da aldeia global sua constituição ontológica de “ser” e “ver” o mundo, esquecendo seu passado histórico e que pela influencia do eurocentrismo se faz para sua própria percepção do mundo que o cerca e sua posição nesse mundo. Acreditamos tentar expor que o eurocentrismo no seu habitus produz categorias que o contradizem, como na sua filosofia e na sua história, esse será por expor agora a ideia do: “Afrocentrismo”.

### **A afrocentricidade.**

Ao esboçarmos um pequeno parâmetro sobre o eurocentrismo e o seu papel no mundo percebemos diversas maneiras e formas de criarmos e recriarmos o mundo, e a história sobre ele e suas filosofias. Assim buscaremos um posicionamento diferente do olhar eurocêntrico e sua práxis, eis que surge a ideia da “Afrocentricidade” que buscaremos explicar pelas inferências de Molefi Kate Assante, na construção do conceito da “Afrocentricidade” elaborado por ele.

Molefi Kate Assante assim como outros intelectuais afroamericanos iniciam na década de 60 estudos sobre a cultura negra e africana nas universidades norte americanas, esses tem como pano de fundo a luta dos afroamericanos em prol de seus direitos civis e cidadania, mas é no final dos anos 70 que se busca uma posicionamento epistemológico, uma sistema filosófico, um método de análise social, anteriormente o conceito postulado por Assante não era ainda um paradigma epistemológico ou sistema filosófico, mas sim uma categoria que se desenvolve por ele até a publicação de seu livro intitulado *Afrocentricidade* (1980) e suas demais publicações sobre o tema, *A ideia Afrocêntrica* (1997) e *Kemet, a afrocentricidade e conhecimento* (1990) são obras que iniciam o alicerce para o desenvolvimento do conceito sobre o Afrocentrismo.

A “filosofia afrocentrica” surge como um novo paradigma epistemológico, partindo para um novo posicionamento cognitivo, esse posicionamento tira a centralidade paradigmática da ideia do eurocentrismo, pois, deve-se pensar a filosofia afrocêntrica definindo o lugar de onde falamos sobre nossas histórias e filosofias, espaço e tempo são princípios norteadores para o afrocentrismo, conforme a definição de Assante (2009. p. 96):

A ideia afrocêntrica refere-se essencialmente à proposta epistemológica do lugar. Tendo sido os africanos deslocados em termos culturais, psicológicos, econômicos e históricos, é importante que qualquer avaliação de suas condições em qualquer para si seja feita com base em uma localização centrada na África e sua diáspora. Começamos com a visão de que a afrocentricidade é uma tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos.

A experiência africana na humanidade é historicizada vivenciada pela perspectiva eurocêntrica, encontrando na diáspora a maneira estrutural de descentralizar os africanos de sua própria história, onde a escravização e o estigma de não evoluído contribuem para essa descentralidade, colocando tudo sobre a África na marginalidade,

na periferia, na hierarquização e no racismo como produtos de eficácia para o alicerce do eurocentrismo.

A filosofia afrocentrada parte para possibilidade não somente como filosofia, mas também como metodologia, para uma filosofia que possa descentralizar o eurocentrismo procurando emancipar e autonomizar-se, de forma epistemológica, pois ainda possuímos uma dependência ideológica que sua gênese se encontra nos domínios que os europeus criaram em nome do ocidente para sua humanidade e modernidade. Onde Assante, evidencia cinco aspectos para uma metodologia afrocentrada: o lugar psicológico, o espaço representativo do africano como sujeito, as representações dos elementos da cultura africana, o entendimento do discurso através de um refinamento léxico e uma verdadeira história para África através de novas narrativas.

Assim assumir uma metodologia “afrocentrada”, seria estarmos falando do “lugar” que possui um posicionamento tanto geográfico como político e epistemológico, ou seja, a relação direta dos sujeitos com suas narrativas históricas que possui e um espaço demarcado ou não pela história ocidental que a própria história da África se apresenta demarcado por uma matriz europeia.

Ao descentralizarmos os europeus da história da África e realocarmos a história da África, assim com seus aspectos políticos, sociais e filosóficos como independentes e com um vigor próprio e universal, que se expressa de forma clara e evidente como uma nova visão de mundo, que o lugar é uma influencia de forma psicossocial, à formação e representação dos sujeitos, em seus aspectos vivenciados na dimensão de se colocar como protagonista de sua própria história, assim a localização dos fenômenos deve-se ser identificado por possuir na sua essência um valor cultural, histórico, social, econômico, filosófico e epistemológico. Como se Assante expressa (2009.p. 96):

“Localização”, no sentido afrocentrico, refere-se ao lugar psicológico, cultural, histórico ou individual ocupado por uma pessoa em dado momento da história. Assim, estar em uma localização é estar ficando temporária ou permanente, em determinado espaço. Quando o afrocentrista afirma ser necessário descobrir a localização de alguém, refere-se, a saber, se essa pessoa está em um lugar central ou marginal com respeito à sua cultura. Uma pessoa oprimida está deslocada quando opera de uma localização centrada nas experiências do opressor.

Ao identificarmos o espaço temos a necessidade de analisarmos as representações que são delineadas de forma positiva ou negativa da cultura africana na

sua premissa de possuir uma história própria com valores culturais e civilizatórios, pertencentes ao desenvolvimento da humanidade em que os sujeitos são constituintes de suas próprias histórias e vidas.

O aspecto em que os sujeitos são protagonistas de suas histórias nos leva em perceber as identidades culturais que são representativas da cultura da África, pois possui uma personificação de buscar com muito esforço e luta pela sua afirmação e preservação, que no olhar racializado pelo ocidente não possui nenhum valor ou identidade cultural. Ao demonstrar a cultura na sua representatividade africana temos no Brasil valores representativos da cultura africana nas manifestações das religiões de matriz africana: o candomblé e a umbanda, não entraremos no mérito de entender essas representações culturais e religiosas, só ressaltamos sua força política, identitária e de resistência.

O discurso afrocentrado estabelece uma desconstrução de argumentações contraditórias e errôneas sobre a África, portanto o refinamento léxico passa a ser, uma importante contribuição de percebemos a realidade que exprimem tais argumentos, abandonando a suas interpretações e afirmações falsas, pois possui uma intencionalidade ideológica, podemos exemplificar na língua portuguesa do Brasil, o uso de palavras com “denegrir” e “negro”. Denegrir tem um valor pejorativo como forma de desqualificar o sujeito negro no Brasil, possui uma negatividade em suas proposições. Já quando nós nos referimos ao dizer “negro” temos duas formas de expressar seu significado, primeiramente como estereótipo racial, que cria no imaginário coletivo o racismo característico do Brasil, então seria uma formulação de proposições negativas. E uma segunda expressão do significado de “negro”, como identidade, com posicionamento político e de resistência.

Por último temos como característica metodológica afrocentrista a História da África deve ser contada por uma narrativa que seja verdadeira que resgate a contribuição africana para a humanidade, desconstruindo falácias históricas sobre a África, em que sempre esteve à margem de sua própria história, sendo sempre reprodutora de narrativas históricas que desabilitam a identidade histórica e cultural da África, como se fossem apagados de sua própria história, ficando sem referencia identitária, pois assume a história protagonizada pelo ocidente, assim sendo, devemos

ter o cuidado de entender os processos históricos que definem a história da humanidade e não em cair em armadilhas falaciais que expressam valor de verdade na realidade.

Tentamos delinear o paradoxo eurocentrismo versus afroncentrismo em um breve entender de suas premissas estruturais, de como elas se originaram na invenção criativa do mundo, e que suas maneiras e formas de sintetizar a realidade por ideologias que atendam diferentes perspectivas de mundo, e que suas percepções dos sujeitos e suas culturas, estão na forma de como vemos nossas próprias representações, que se manifestam nas relações sociais, que não seria substituir um pelo outro, mas sim em possibilitar condições de que os sujeitos possam entender suas identidades históricas e que elas não nascem espontaneamente, e sim, que se constituem como formas de uma imaginação criativa da própria realidade, que a vida que temos deve ser livre de qualquer forma de ideologia ou que a ideologia possa ser peça chave para uma libertação própria de nós mesmos.

Ao buscarmos entender o conceito de afrocentricidade e seu valor metodológico para uma visão epistemológica, que parte para outra possibilidade além da europeia, iremos no segundo capítulo tentar realizar um pequeno esboço da construção ideológica que atende a interesses racistas desabilitando por completo a identidade histórica, social, cultural da África.

## CAPÍTULO II

### **Construção do conceito ocidental sobre o pensamento africano: racialização e a ideologia racial.**

#### **A racialização do pensamento.**

Ao nos depararmos com a história da humanidade percebemos uma dinâmica constitutiva na manutenção de um racismo mundial, que nas histórias narradas com forte ideologização das relações sócias nos contextos que forjam uma hierarquização tida como natural, por muita defendida por sociologias, filosofias e histórias, ou seja, as ciências humanas são as condições epistemológicas para preservação de “raças” superiores. Podemos perceber desde a diáspora africana, a dizimação dos nativos da América, assim como escravidão no Brasil, entre outras demonstrações históricas de como o racismo opera e como se apresenta na racilaização da humanidade.

O ocidente na sua forma mais perpétua de instaurar um sistema planetário de exclusões, hierarquizações, discriminações de todo tipo, se demonstra nas suas premissas raciais uma lógica que considera a “raça” como elemento diferenciador entre seres humanos, e que suas claras construções históricas, epistemológicas, assim como representações culturais percebemos uma “racialização”, que está presente no imaginário coletivo das relações raciais como produto do racismo. Conforme Ianni: (1999. p.06)

No século XX têm ocorrido várias ondas de racilaização do mundo. Tanto a primeira e a segunda grandes guerras mundiais, como a guerra fria, são épocas de intensa e generalizada racialização das relações entre coletividades, tribos, povos, nações ou nacionalidades. Na medida em que as guerras mesclam-se e desdobram-se em revoluções nacionais ou revoluções sociais, tornam-se ainda mais acentuadas as desigualdades, divergências e tensões que alimentam os preconceitos, as intolerâncias, as xenofobias, os etnicismos ou os racismos. Ao lado dos preconceitos de classe, casta e gênero, emergem ou reaparecem os preconceitos raciais.

A racialização se demonstra como uma categoria que solidifica a forma como o racismo opera no mundo, ao julgar, pelas suas diversas facetas que promulgam instancias que não somente operam com rigor sócio-psicológico, mas em persistir em demarcar espaços e tempos historicamente racializados, ou seja, a racialização produzido no mundo condiciona milhões e milhões de seres humanos na sua própria existência identitária a se por como “o outro”, “inferior”, “sem capacidade intelectual”, “sem cultura”, etc. Isso tudo se põem em favor do racismo e da racialização, torna-se então

não só uma demarcação espaço-temporal, mas também, ideológica que atende ao um grupo específico de pessoas.

A história ocidental e sua filosofia contribuíram muito para a racialização, e com isso temos uma das maiores farsas da humanidade na história ou na história do ocidente como sinônimo, contada pela narrativa racial em inferiorizar, subalternizar, excluir, discriminar, povos, sociedades e nações. A história se contradiz e cria um imaginário coletivo falacial, para “o outro” na existência de ser negro, indígena, judeu, etc. O racismo se faz da própria evolução da humanidade, com sua forma orética, na premissa evolutiva, seria nos desprendermos de uma ordem natural, para uma ordem meramente humana, ou seja, o racismo na sua essência se perpetua na racialização, produzindo uma irracionalidade que se fundamenta na própria razão ocidental de existir. Que privilegia a quem se enquadra nas “raças” consideradas superiores, evoluídas, civilizadas, etc. A teorias sociais que aprimoram o valor das “raças” encontram no darwinismo social, assim como as teorias eugenistas e também as teorias nazistas sobre as raças, assim como outras teorias modernas sobre as “raças”, são historicamente estudos que buscavam um rigor científico idealista justificando uma epistemologia racializada, que legitime as diferenças raciais e étnicas. Estas teorias proporcionam a naturalização do racismo no mundo de forma direta e indireta operacionalizando de forma eficaz nas relações sociais firmadas historicamente.

A negação ao pensamento africano como possuidor de uma filosofia, no que diz respeito à própria tradição filosófica ocidental, se manifesta na racialização da história, pois o Ocidente nega a influencia africana em particular o Egito. A muito se sabe que o mundo antigo tem suas raízes mais genuínas e remotas na África, e a nascente do Nilo fez desenvolver por si só um povo de origem negra que possuía uma espiritualidade científica e filosófica, como pré-requisitos para uma racionalidade, que mais tarde os gregos chamam de “logos”, “razão”. Conforme Assante (2014. p.120):

A filosofia começa 2800 anos a.C. com pessoas de pele negra do Vale do Nilo, ou seja, 2200 anos antes do aparecimento de Tales de Mileto, considerado o primeiro filósofo ocidental. Nossos ancestrais 30.000 anos atrás separavam ocre vermelho de ferro em uma caverna da Suazilândia. Eles deveriam ter alguma ideia sobre aquilo que estavam fazendo. Devia haver alguma reflexão, algum processo pelo qual os anciões determinavam o que era para ser utilizado, para o que e em qual ocasião. Dessa forma, antes mesmo da escrita, temos evidências de que os africanos estavam engajados em discussões significativas sobre a natureza de seu ambiente.

Assim como a Filosofia e muitas outras áreas do conhecimento humano foi desenvolvido no continente africano muito do que temos como início de tudo, ou a própria gênese do “ser humano”, negar nossas origens assim como as origens epistemológicas, são formas de produzir uma história forjada, para atender a racialização destinada a personificar o racismo, que ao julgarmos que as pessoas diante do desenvolvimento próprio de sua humanidade, possui uma humanidade que é distinta, que é segregadora, que somente um grupo seletivo de seres humanos podem pertencer a essa humanidade que se desenvolve, que seriam as pessoas de origem branca. Assante reforça ainda (2014. p.117):

Existe uma crença comum entre os brancos de que a filosofia se origina com os gregos. A ideia é tão comum que quase todos os livros sobre filosofia começam com os gregos, como se eles precedessem todos os outros povos quando se trata da discussão dos conceitos de beleza, arte, números, escultura, medicina e organização social. Na verdade, esse dogma é hegemônico nas academias do mundo ocidental, incluindo as universidades e academias africanas. É mais ou menos assim: A filosofia é a maior de todas as disciplinas. Todas as outras disciplinas se derivam da filosofia. A filosofia é uma criação dos gregos. Os gregos são brancos. Portanto, os brancos são os criadores da filosofia.

A filosofia torna-se então um dos alicerces da racialização no seu objetivo racista de aprimorar e sofisticar sua prática, ou seja, criou-se através da racialização uma ordem mundial para o racismo, uma organização própria, uma tentativa de naturalizar suas práticas, uma visão própria de seu mundo, e muitas outras maneiras e formas de racializar.

A História e a Filosofia como percebemos são as áreas das humanidades que possuem características próprias do processo de racialização do mundo. Elas por excelência tem sua importância no desenvolvimento científico de seus objetos, que seriam de forma simplista: as relações humanas historicizando o que elas produzem e o pensamento humano no seu significado. Não julgamos ou somos algoz do que o mundo é ou tornou-se, nosso compromisso é superar e desconstruir o que as coisas criadas por nós mesmos “os seres humanos” e como isso influencia o desenvolvimento dos seres humanos, e que esse desenvolvimento se compromete quando existe uma ideologia que na sua intencionalidade é racializada. O próximo tópico irá tratar sobre a ideologia racial como projeto de racialização que se torna como uma criadora e reprodutora de como as coisas tornaram-se o que são enquanto sociedade, realidade, cultura e relações.

### **A ideologia racial como forma de pensar o mundo.**

Quando nos falamos de ideologia estamos nos referindo de como as ideias transcendem a existência e as relações humanas, na existência do mundo e as relações que possuem uma lógica hierarquizada. A ideologia é além de projeto de ideias que se proliferam de acordo, de como as pessoas criam suas próprias impressões sobre o mundo, mas também a consolidação de preconceitos, discriminações e o racismo.

O marxismo categoriza a ideologia como artifício de dominação entre as classes sociais, que se apresenta uma realidade invertida e contraditória em que essa realidade é criada de forma racional e objetiva, assim os sujeitos sobre a ação ideológica sofrem de certa maneira um processo de manipulação de sua “psique” que os impedem de perceber a realidade quem o capitalismo, tornando-se assim alienado, mas o que realmente entenderemos sobre a ideologia seria como a ideologia se torna uma ideologia racial.

A ideologia racial se torna uma prática a qual perpassa a historicidade das relações humanas, em que suas formas de criar um processo de segregação racial e naturalização do racismo, se estruturam na dinâmica evolutiva das sociedades, e que, em nossa sociedade brasileira se materializa em alguns projetos ideológicos como: ideologia do branqueamento assim como a ideologia da democracia racial. Tais ideologias vêm de encontro na constituição sujeitos, que historicamente suas identidades foram negadas, descaracterizadas, manipuladas, substituídas e principalmente colocadas como elementos que ameaçam as ideologias de dominação racial.

No processo de estruturação da ideologia percebemos de certa forma, como explicamos no capítulo anterior através da racialização como aparato ideológico, essa estruturação é demarcada pelas formas simbólicas de como a ideologia racial opera, iremos expor como exemplos de estruturação ideológica a ideologia do branqueamento e a ideologia da democracia racial.

A ideologia do branqueamento tem como suporte epistemológico a correntes teóricas como a eugenia e o darwinismo social, elas são uma construção ideológica para as ciências em legitimar a ideologia racial, em que tornar-se branco é sinônimo de desenvolvimento, progresso e evolução isso em pleno século XIX em que as revoluções

modernas transformaram a visão de mundo através da ciência. A eugenia é o pensamento científico que acredita que as características genéticas herdadas são também determinantes para a vida social a qual cada um leva, que as condições do meio não influencia sua vida pregressa. Como Maciel (1999. p.121.) explica:

Como, segundo os pressupostos eugênicos, a hereditariedade determinaria o destino do indivíduo, ou seja, as condições de sua vida já estariam dadas de antemão, e seu futuro desenhado ao nascer segundo a classificação de determinados critérios que o colocavam numa categoria “inferior” ou “superior”. Justificavam-se, assim, as condições de vida pelas condições biológicas, o que equivale dizer que o pobre era pobre por ser inferior, nascendo predestinado à pobreza. Desta forma não havia como escapar, a inferioridade e a superioridade eram dados *a priori*, determina pela própria natureza.

Assim a eugenia é uma ideologia racial que pressupõem um determinismo racial que está ligado com a segregação, hierarquização, inferiorização subalternação e desvalorização das raças, a julga-las como necessário haver a diferença entre as raças, em que os fatores biológicos hereditários são os mesmos que os fatores sociais determinados pela ciência e a vida social. Maciel ainda reforça: “Todavia, esse quadro não era aplicado apenas a indivíduos, mas, principalmente, as raças, baseando-se em um determinismo racial (se pertence a tal raça, será de tal forma) fazia com que a hierarquia social fosse traduzida por hierarquia racial.” (p.122. 199.).

Agora para entendermos outra ideologia racial no que seria o darwinismo social, em que a seleção natural e também evolução das espécies, são premissas não só biológicas, mas, também sociais assim como a eugenia, essa corrente científica parte para uma interpretação da teoria de Charles Dawim, que seus argumentos são a base para o darwinismo social, em que o próprio Darwin nega essa interpretação. Para ser mais preciso Séren (2003. p. 136):

O mais fértil na aplicação falseada do darwinismo é a da explicação da sociedade e da fundamentação do racismo. Acabara de nascer um instrumento de explicação e utilização notável, a do antagonismo racial. Herbert Spencer defendia a aplicação brutal das leis biológicas de seleção dos mais fortes à sociedade humana. Propunha a eliminação natural dos menos aptos no seio da concorrência social. Sem nunca afirmar, Darwin tornou-se o pai de uma série de teorias racistas e de eugenismo, que imediatamente se fundamentavam cientificamente, ou seja, se tornavam verdades científicas.

As ideologias raciais se apresentam então como formas de “estruturas simbólicas” (THOMPSON) que se produz na ideologia de forma a proliferar-se como verdade absoluta em que as raças em suas construções sociais são em última análise uma

tentativa de garantia que suas premissas racistas sejam legítimas e perpétuas, essa forma de operar do suporte para ideologias que no Brasil se perpetuaram citado anteriormente: o branqueamento e a democracia racial. Como expressa Silva (2009, p. 170):

Segundo Thompson, a proposta de modos de operação da ideologia não pretende ser exaustiva, mas apenas ilustrar como as formas simbólicas podem estar relacionadas com a questão do poder. O autor também salienta que esses modos não são os únicos utilizados pela ideologia, nem são estanques entre si. Quanto às estratégias, estão geralmente vinculadas a esses modos, mas essa relação não é categórica. Além disso, tais estratégias de construção simbólica não são inerentemente ideológicas: somente o serão em virtude das circunstâncias (p. 82).

A ideologia do branqueamento como uma superioridade da raça branca e que na eugenia e no darwinismo social se estruturam simbolicamente, acreditavam que a miscigenação das raças tidas como inferiores negros e indígenas se ocorresse com a raça branca, futuramente as raças inferiores não existiriam devido à superioridade dos brancos, mas felizmente essa tese estava infundada e miscigenação somente ampliou a pluralidade e diversidade racial que formam nosso povo brasileiro, então o branqueamento na sua tentativa sustentou a criação de políticas públicas para que ocorresse o branqueamento seria a vinda de emigrantes europeus com a promessa de oportunidades no Brasil.

Posteriormente se entendermos a história da formação das identidades do povo brasileiro temos o projeto eugenista de branqueamento como ideologia racial, não se efetivou pela miscigenação, que delibera outra ideologia racial a se demonstrar com muito mais força e eficácia como ideologia, seria a ideologia da democracia racial, defendida de no século XX por Gilberto Freire, em “Casa Grande Senzala”, mesmo nunca ter afirmado a existência de uma democracia racial, seus argumentos, são falácias, pois, acredita na formação do povo brasileiro harmoniosa e fraterna, e que o Brasil por possuir essa cordialidade entre as raças supostamente não existiria o racismo não existiria, mas esses argumentos dão condições para existência de um racismo muito mais perverso e enérgico, o racismo característico do Brasil, que em suas formas ideológicas são estruturantes: o racismo estrutural. Sendo a estrutura do racismo a ideologia racial, que em sua representação simbólica, delibera e significa espaços de poder hierarquizados naturalizando a forma de existir as relações sociais na sociedade brasileira.

A ideologia racial torna-se o aporte teórico que prolifera a desigualdade entre as pessoas se tem uma justificativa racial, que essa desigualdade não seria somente racial,

mas social, de gênero etc. Dessa forma entender a ideologia racial em sua estruturação simbólica e representativa não só no Brasil, mas em sociedades que ao vermos possuem uma segregação racial explícita ou oculta, como é o caso do Brasil, seria buscar como devemos reesignificar e desconstruir as relações sociais que são relações de poder, poder esse que se tonifica na ideologia racial com forma de estruturar o racismo de forma facetada e epistemológica. Ao entendermos ideologia:

Na reformulação do conceito de ideologia procuro reenfocar esse conceito numa série de problemas que se referem às inter-relações entre sentido (significado) e poder. Argumentarei que o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – que eu chamarei de “relações de dominação”. Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é *sentido a serviço do poder*. (THOMPSON, [1990] 1995, p. 15-16 – grifos do autor)

Buscamos entender a ideologia e o que ela produziu na humanidade enquanto racismo e que a ideologia racial se vê presente nas relações sociais e as relações de poder como inegáveis amarras históricas e epistemológicas, em que não devemos aceitar seu determinismo que demarca espacial e temporalmente, espaços de poder, essa demarcação não podem somente serem naturalizadas e aceitas como uma realidade já posta como verdade absoluta e infalível na defesa da humanidade, mas para quais seres humanos são categorizados na condição de humanidade? E quais seres humanos não entram nessa categoria? Acredito que todos nós *homo sapiens* como própria maneira de categorização somos todos seres humanos que possuem as mesmas capacidades que se desenvolvem no contexto que vivemos, assim ao buscarmos, uma proposta filosófica afrocentrica devemos perceber que a ideologia na sua essência é um terreno que iremos criar raízes, pois, nós não devemos negar as amarras epistemológicas que são produzidas pela ideologia racial, e sim tentar na vertente afrocentrada uma percepção pedagógica para entender novas filosofias e seu ensino. Será abordado como é possível tal pedagogia ou pedagogias.

## **CAPÍTULO III**

### **As possibilidades e limites de uma pedagogia da afrocentricidade.**

#### **A afrocentricidade como práxis filosófica e pedagógica.**

Ao buscarmos ao longo desse trabalho a existência de outras possibilidades fora da lógica eurocêntrica, da racialização e ideologia racial, encontramos no afrocentrismo não destituição na essência de substituir outra centralidade, outra proposta racial ou outra ideologização racial, mas sim, tornar com o desenvolvimento de uma práxis filosófica e pedagógica, pois a filosofia em sua essência produz uma práxis que o embate de ideias e suas análises mais profundas são produtos de uma criticidade, de uma retomada de consciência, de uma epistemologia, de estética, de uma ética e de uma política.

A práxis como metodologia filosófica não deve esgotar as possibilidades do empreendimento para o afrocentrismo, pois a filosofia não se fecha ou se finaliza em sua metodologia, pela sua liberdade metodológica, parte de diferentes princípios metodológicos que na práxis, possuem uma essência de desvelar como podemos sustentar ou desconstruir argumentos tidos como verdades de uma realidade posta. O olhar filosófico passa ser mais aguçado e criterioso no desenvolvimento de uma prática filosófica como realização humana, em que essa prática sempre delibera uma teoria, sou seja uma relação recíproca para o desenvolvimento da filosofia e de como ensinar a filosofar enquanto processo pedagógico.

A Filosofia em suas características mais essenciais esteve durante muito tempo fadado a uma busca de sua própria origem e que em se auto avaliar para o desenvolvimento de si próprio, sua independência de pensamento fez ela mesma em se contradizer, e se desprender de características reacionárias, ao se libertar possibilita a existência de outras filosofias, não desmerecendo a tradição ocidental, mas sua própria tradição passa ser objeto problematizador para a busca de outras filosofias. O neocolonialismo produz a legitimidade do eurocentrismo, uma racialização e diversas ideologias raciais destituem a existência de outras filosofias que não sejam a filosofia ocidental. Estamos diante de um primeiro problema em se estudar a existência de outras filosofias. Como fugir a tradição clássica da filosofia sem esquecer seu valor histórico e ideológico? Este trabalho não pretende dar resposta a está questão, mas sim,

descentralizar a filosofia de seu egocentrismo ontológico, e se perceber como uma fazer humano singular, que é o ato de pensar, o desenvolvimento da humanidade se deve ao simples ato de pensarmos, e pesamos de diferentes formas e de diferentes processos cognitivos.

Ao descentralizarmos a filosofia de sua gênese, estamos propondo um projeto filosófico que se manifesta por uma autonomia do pensar, de uma liberdade de pensamento, que a tradição contribui muito para que as diferentes filosofias aparecessem: africana, latino americano, asiático, etc. Mas, como já expusemos ao longo do desenvolvimento deste trabalho a filosofia africana tem características próprias e independentes. Assim neste capítulo estamos expor algumas limitações que ao julgar surgem pela própria forma que a filosofia foi negada enquanto conhecimento curricular obrigatório para o Ensino Médio no Brasil. O ensino de filosofia no Brasil é um acontecimento recente como algo que se libertou de sua extinção na ditadura militar, mas que no processo de redemocratização da sociedade brasileira esteve sempre em ganhar força para se firmar e voltar ao currículo. No século XXI se consolidou com sua obrigatoriedade nos três anos do ensino médio. Esse avanço para o ensino de filosofia no Brasil se torna uma vitória, com a permanência da filosofia como área do conhecimento da base nacional comum. Agora, se estabelece outros desafios enfrentados pelo ensino de filosofia que filosofia ensinar? Que currículo de Filosofia deve contemplar a filosofia no ensino médio? Novamente são questões que não iremos tentar responder, mas sim em perceber alguns aspectos na busca de entender a existência de outras filosofias, assim o currículo para filosofia se fundamenta com especificidades próprias de sua tradição e abordagem, assim também como a filosofia africana como algo novo e que depende do desenvolvimento intelectual da formação acadêmica para as questões raciais pra valorização da filosofia africana. Segundo as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006 p. 15-16):

O tratamento da Filosofia como um componente curricular do ensino médio, ao mesmo tempo em que vem ao encontro da cidadania, apresenta-se, porém, como um desafio, pois a satisfação dessa necessidade e a oferta de um ensino de qualidade só são possíveis se forem estabelecidas condições adequadas para sua presença como disciplina, implicando a garantia de recursos materiais e humanos. Ademais, pensar a disciplina Filosofia no ensino médio exige também uma discussão sobre os cursos de graduação em Filosofia, que preparam os futuros profissionais, e da pesquisa filosófica em geral, uma vez que, especialmente nessa disciplina, não se pode dissociá-la do ensino, da produção filosófica e da transmissão do conhecimento.

Ao se consolidar como área conhecimento necessário para o ensino médio, a formação do profissional da área de filosofia se vê ainda como muito imatura, mas que ela em sua essência não obedeceu aos padrões acadêmicos para desenvolver-se como atitude filosófica, muitos intelectuais de diversas áreas contribuíram para o pensamento reflexivo no Brasil, não ficando somente a cargo a própria filosofia, mas, não entraremos em detalhes para a consolidação da atitude filosófica, mas sim de seu ensino acadêmico e escolar. Ao findar como possibilidade para o desenvolvimento das capacidades cognitivas a filosofia, assume seu papel de ocupar seu espaço e também de auxiliar de certa forma todas as áreas conhecimento humano, desvelando o mundo para as pessoas com disposição para pensar ao seu redor e como se situa na dinâmica contextual de suas próprias inferências.

A Filosofia africana se apresenta diante da proposta curricular do ensino de filosofia no ensino médio como uma proposta de algo novo e ainda pouco explorado, estudado e pesquisado no Brasil, por ainda estarmos falando de um currículo eurocentrado e como havia explicitado anteriormente a filosofia africana está na proposição de desestabilizar a tradição filosófica clássica, assim sendo torna-se clara que a filosofia se constitui na limitação de seu perfil de por ser nova, se põem ao estranhamento para muitos que não a conhecem e muito do que é novo causa o desconforto e faz com que o pensamento saia de sua zona de conforto.

### **O método da afrocentricidade como necessário suficiente para cumprimento da lei Nº 106392003.**

A sociedade organiza-se de diversas maneiras na manutenção de seu bem estar comum, sendo constituído na essência do Estado Democrático de Direito. Estado este que se legitima através de uma Constituição, no nosso caso a Constituição Federal Brasileira de 1988. Ela estabelece todos os aparatos e mecanismos que organizam a garantia dos direitos de cada sujeito em nossa sociedade.

Os direitos são em sua legalidade de todos e todos os cidadãos e cidadãs brasileiros e brasileiras, que na lógica do liberalismo: o princípio de igualdade que garante a felicidade e a liberdade. Dentro desse princípio de igualdade se constrói uma gama de mecanismos burocráticos e jurídicos no cerne das políticas de estado e de governo, onde se produz através das necessidades da sociedade civil que podemos definir por Maria Luiza Heilborn, Leila Araujo, Andreia Barreto (2010. pg. 19):

É da sociedade civil que emergem as demandas para que os governos efetivem com medidas concretas, os postulados muitas vezes genéricos afirmados pelos Estados Democráticos de Direito. Cabe destacar a atuação dos/as pesquisadores/as, sujeitos que têm contribuído para a qualificação das políticas públicas. São economistas, matemáticos/as, analistas de sistemas, engenheiros/as, sociólogos/as, antropólogos/as, psicólogos/as, profissionais da área da saúde, pedagogos/as, educadores/as e de outras áreas que ao pesquisar as políticas públicas conferem-lhe um caráter interdisciplinar.

Para que sejam garantidas de forma abrangente todas as demandas da sociedade civil a constituição de políticas públicas não é somente um aparato legal e político, mas sim como a ação deliberativa da gestão, da organização social das vidas de cada membro da sociedade na garantia da cidadania para todos e todas.

As políticas públicas ao possibilitarem a identificação, orientação e avaliação da manutenção de seu bem estar social, que busca na equidade como fim para diminuição das desigualdades de qualquer natureza, que historicamente são constituídas nas representações de grupos sociais, onde é negada a eles sua dignidade política, jurídica, social, econômica e cultural. Assim as políticas públicas passam por um processo de atender a grupos específicos na sociedade, onde os atores sociais que se organizam em movimentos sociais criam uma agenda de reivindicações para serem debatidas buscando o surgimento e a melhoria da política pública para a própria sociedade.

A política pública ao começar a atender a demandas específicas da sociedade se constitui como uma política de ação afirmativa que tem como objetivo superar as desigualdades geradas pelo contexto social desagregador, excludente, discriminatório, racista, sexista, homofóbico, etc. Para ser mais específico, Luiza Heilborn, Leila Araujo, Andreia Barreto (2010. Pg. 96):

Todavia, pode se dizer que há um consenso conceitual, independente do contexto social do qual as políticas afirmativas emergem: elas se constituem em mecanismos de diminuição de desigualdades historicamente construídas ou destinam-se a prevenir que novas desigualdades se estabeleçam no tecido social, tendo por base condições de gênero, raça, orientação sexual, participação política e religiosa.

A constituição dos movimentos negros teve um papel fundamental na formulação de políticas públicas de ação afirmativa voltada para promoção da igualdade racial no contexto histórico do século XX, além de sua ação reivindicatória temos sua ação educativa, e destacamos algumas ações que a mobilização e organização da sociedade nos permitem demarcar historicamente no quem isso resultou.

A “Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida” foi uma mobilização que aconteceu em Brasília na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1995, reunindo mais de 30 mil manifestantes no dia 20 de novembro que lhe entregaram um documento pactual das principais lideranças negras do Brasil.

A criação da Secretaria Especial de Políticas Promoção de Igualdade Racial, no ano de 2003 pelo então Presidente Luis Inácio Lula da Silva, torna-se uma marco histórico em atingir e ampliar os direitos sociais, políticos e civis da população negra em nossa sociedade.

O contexto histórico favorece as políticas de ação afirmativa na forma de criar mecanismos jurídicos e sociais de ações que possam cada vez mais ser ampliadas e reformuladas em vistas ao que sempre foi renegada a população negra brasileira em deveras na condição poder desenvolver-se plenamente em nossa sociedade, podemos exemplificar: o sistema de cotas raciais nas universidades, as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, vamos se ater somente as leis para entendimento.

As políticas de ação afirmativa em nossa sociedade no contexto anteriormente esboçado têm em sua aplicabilidade o amparo jurídico em formular respostas para promoção da igualdade racial, elas permitem não somente favorecer, mas sim incluir a

representatividade étnica de nossas heranças históricas que nos define enquanto povo e nação.

A filosofia africana vem de encontro com a política de ação afirmativa no cumprimento da Lei 10.639/2003 que altera a Lei de Diretrizes e Base da Educação tornando a obrigatoriedade de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos espaços escolares, como delibera a lei:

“Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.”

Promove um modelo de sociedade que contrapõem ao estado de coisas, que demarca espaços historicamente construídos, em uma ideologia do racismo em: excluir, segregar e naturalizar – delineando estereótipos em um imaginário coletivo que corresponda às estruturação do racismo institucional. A sociedade que se apresenta como contraponto práticas racistas existentes - que não caberia dizer em quais são e como elas operam na se define nas possibilidades que o acesso aos direitos fundamentais dos sujeitos em iguais condições da cidadania, se demonstra ainda com um esforço que a lei se projeta a alcançar a escrever uma nova história que possa fazer valer a dignidade vivida de seus protagonistas, e a educação e a filosofia africana pode ser início dessa história.

A afrocentricidade se demonstra ao longo desse trabalho como possibilidade metodológica, epistemológica, histórica, cultural e filosófica, que o currículo escolar deve contemplar a filosofia africana, na sua abertura não como conteúdo transversal, mas sim, com conteúdo estruturante e específico para própria práxis filosófica, e que, diante da realidade escolar devemos enquanto educadores e escola, criar condições necessárias e suficientes para uma educação para as relações étnicas raciais, e o afrocentrismo abre está porta que esteve sempre trancada, e quem eram os donos da chave eram o “sinhozinho” e a “sinhazinha” e que essa chave foi roubada e voltou para seus verdadeiros donos dela, donos de sua história, donos de sua existência, que somos nós o povo negro de nosso país, libertos e vivos e presentes em diferentes contextos e diversidades, mas sempre com sua espiritualidade e ancestralidade voltada para sua

origem que é africana e não podemos mais fugir dela ou simplesmente fechar a porta e perdemos a chave para não sabermos sobre nós mesmos.

### **Considerações finais**

O presente estudo não tentou responder a complexidade das questões levantadas aqui desde a existência de outras filosofias, a operacionalização do racismo, assim como o cumprimento de políticas de ação afirmativa, mas se propôs a discutir essas questões como pertinentes, para a práxis educacional e filosófica, que existem muitas contradições, limitações, preconceitos, discriminações, racismos e entre outras formas de impedimento do desenvolvimento cognitivos dos professores e dos alunos.

As escolas e as universidades devem caminhar juntas para ações que desenvolvam a educação para as relações étnico raciais e que o afrocentrismo como corrente filosófica, é um caminho a ser esboçado na elaboração de buscamos formações e capacitações que dissemine de forma a atingir todas as instancia formativas na academia assim como na capacitação e formação de professores, existem muitas ações que trilham esse caminho, mas ainda são pouco divulgadas como também seu valor epistemológico, pois como foi visto aqui, existe uma construção de uma ideologia racial que nos assombra e as instituições estão sob ela e que o professor de filosofia é quem deve estar na frente em se reestruturar sua práxis se abrindo para as diferentes possibilidades da filosofia africana, esse papel ele assume pela sua própria essência filosófica, que desestabilizar a ordem vigente, um transgressor do pensamento, um crítico e reflexivo de sua realidade.

O Afrocentrismo vem a ser então uma nova práxis antirracista e que se dimensiona a identidade sociocultural do povo negro, pois suas proposições estão estabelecidas com o objetivo não só identitário, mas também, epistemológico, que se demonstra como necessário, universal para desenvolvimento humano, ou seja, a humanidade se caracteriza por um fazer humano que se autovalorize na sua diversidade étnico racial e que filosofia faz parte deste fazer.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia: de Gramscia Laclau e Mouffe**. Lua Nova. São Paulo, 2010.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: Notas Sobre Uma Posição Disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemologica inovadora**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2009.

\_\_\_\_\_. **Uma origem africana da Filosofia: Mito ou realidade?**. Revista de Humanidade e Letras Vol. 1 n°, 2014

In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade: Uma Abordagem Epistemológica Inovadora**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2009.

BARBOSA, Muryatan Santana. **Eurocentrismo e História: problemas e alternativas**. <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/seminariodehistoria2008/t/mury.pdf>. Acesso em agosto de 2015.

BORTOLUCI, José Henrique. **Para além das Múltiplas Modernidades: Eurocentrismo, Modernidade e as Sociedades Periféricas**. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 16. 2009.

BRASIL. **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça - GPP – GeR: módulo I** (Orgs. Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andreia Barreto). Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: <http://www.amde.ufop.br/arquivos/biblioteca/livrosGPP/Modulo1.pdf>. Acesso em Set. 2014 Acesso em: 10/12/2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução do Conselho Nacional de Educação - Câmara Plena (CNE/CP) nº 01, de 17 de junho de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências).

DANTAS, Luis Thiago Freire. **Descolonização Curricular: A filosofia africana no Ensino Médio**. São Paulo: Editora Perse, 2015. Disponível: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1200.dir/5\\_Dussel.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1200.dir/5_Dussel.pdf)

- DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e Eurocentrismo.** Disponível: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1200.dir/5\\_Dussel.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1200.dir/5_Dussel.pdf)  
Acesso em: 15/08/2015.
- HELGERT, Luiza Helena. **Egajamento e Literatura em Sartre.** Disponível: <http://www.researchgate.net/publication/229569066>. Acesso em: 13/08/2015.
- IANNI, Octavio. **A Racialização do Mundo.** Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v8n1/0103-2070-ts-08-01-0001.pdf> Acesso em 22/08/2015.
- \_\_\_\_\_. **Sair da grande noite:** ensaio sobre a África descolonizada. Angola: Edições Mulemba, 2014.
- MACIEL, Maria Eunice S. **Eugenia no Brasil.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/11/11art7.pdf> Acesso em 19/11/2015.
- SERÉN, Maria do Carmo. **Rodrigues de Freitas e o Darwinismo Social.** Disponível: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5547.pdf> Acesso em 10/12/2015.
- SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. **Modelos de engajamento.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/20.pdf> Acesso em 15/11/2015
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea.** Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>. Acesso em: 03/11/2015.
- SILVA, Renata. **Linguagem e Ideologia: embates teóricos.** Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v9n1/a08v9n1.pdf> Acesso em 15/12/2015.
- WACQUANT, Loic. **Esclarecer o habitus.** Disponível: [http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/bourdieu\\_nocaohabitus.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/bourdieu_nocaohabitus.pdf)  
Acesso em 10/11/2015.
- THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Tradução de Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis: Editora Vozes, 1995 [1990].